12 DE OUTUBRO 2026 ANO 0 Nº 1.964 R$ 7,00

FILHO do PAI



FLÁVIO BOLSONARO
por **Ele Mesmo**

A FÁBRICA de DINHEIRO VIVO
apresentando **Rachadinhas & Chocolate**

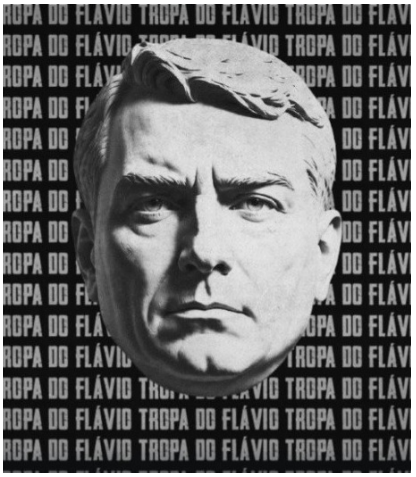
MASTER e DARK HORSE
apresentando **Daniel Vorcaro**

CASINOS, INSS PEC das PRAIAS
apresentando **Outros Esquemas**

Índice

EDIÇÃO 01 | OUTUBRO 2026





A VIDA SOB SUSPEITA DO HERDEIRO DE JAIR

08 QUEM É FLÁVIO BOLSONARO: Origem, patrimônio, Senado, a advocacia e o candidato “paz e amor”

14 A FÁBRICA DE DINHEIRO VIVO: Rachadinha, chocolateria, cofre e a Abin paralela

18 O RIO DAS MILÍCIAS E DO CV: Adriano da Nóbrega, Brazão, Bacellar e TH Joias

24 MASTER E DARK HORSE: A amizade com Vorcaro e o dinheiro do filme

29 OS OUTROS ESQUEMAS: INSS, Loterj, cassinos, Covaxin e a PEC das Praias

Um retrato para antes do voto



Em 25 de outubro, o eleitor brasileiro vai às urnas pela segunda vez com um sobrenome conhecido na cédula. Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado e inelegível até 2030, escolheu o primogênito para carregar o projeto da família. Flávio Bolsonaro, 45 anos, senador pelo PL do Rio de Janeiro, apresenta-se como a versão moderada do pai.

Esta edição especial reúne, em um só lugar, o que se sabe sobre o candidato: a trajetória, o patrimônio, a atuação parlamentar e as investigações que o acompanham há mais de duas décadas — da rachadinha na Assembleia do Rio ao caso Dark Horse, que em setembro levou o Supremo Tribunal Federal a incluí-lo formalmente como investigado por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

O leitor encontrará aqui fatos documentados por denúncias do Ministério Público, relatórios da Polícia Federal, decisões judiciais, comissões parlamentares e reportagens da imprensa.

O que emerge não é o retrato de um político que tropeçou uma vez. É o de uma carreira inteira em que dinheiro vivo, amizades com gente que acaba atrás das grades e o uso da máquina pública em benefício da família reaparecem com uma regularidade que nenhuma coincidência explica. A cada revelação, o candidato oferece uma nova versão; a cada versão, surge um novo documento. O julgamento, como deve ser, é do leitor — mas o leitor tem o direito de conhecer o histórico inteiro antes de apertar a tecla verde.

DO GOL 1.0 À MANSÃO NO LAGO SUL

Em 2002, o patrimônio declarado de Flávio Bolsonaro cabia em uma garagem. Em 2026, ele pede ao país o cargo mais alto da República – e chega à reta final investigado no Supremo.



Onde há um fluxo volumoso de dinheiro público, a influência e os contatos de Flávio Bolsonaro aparecem.



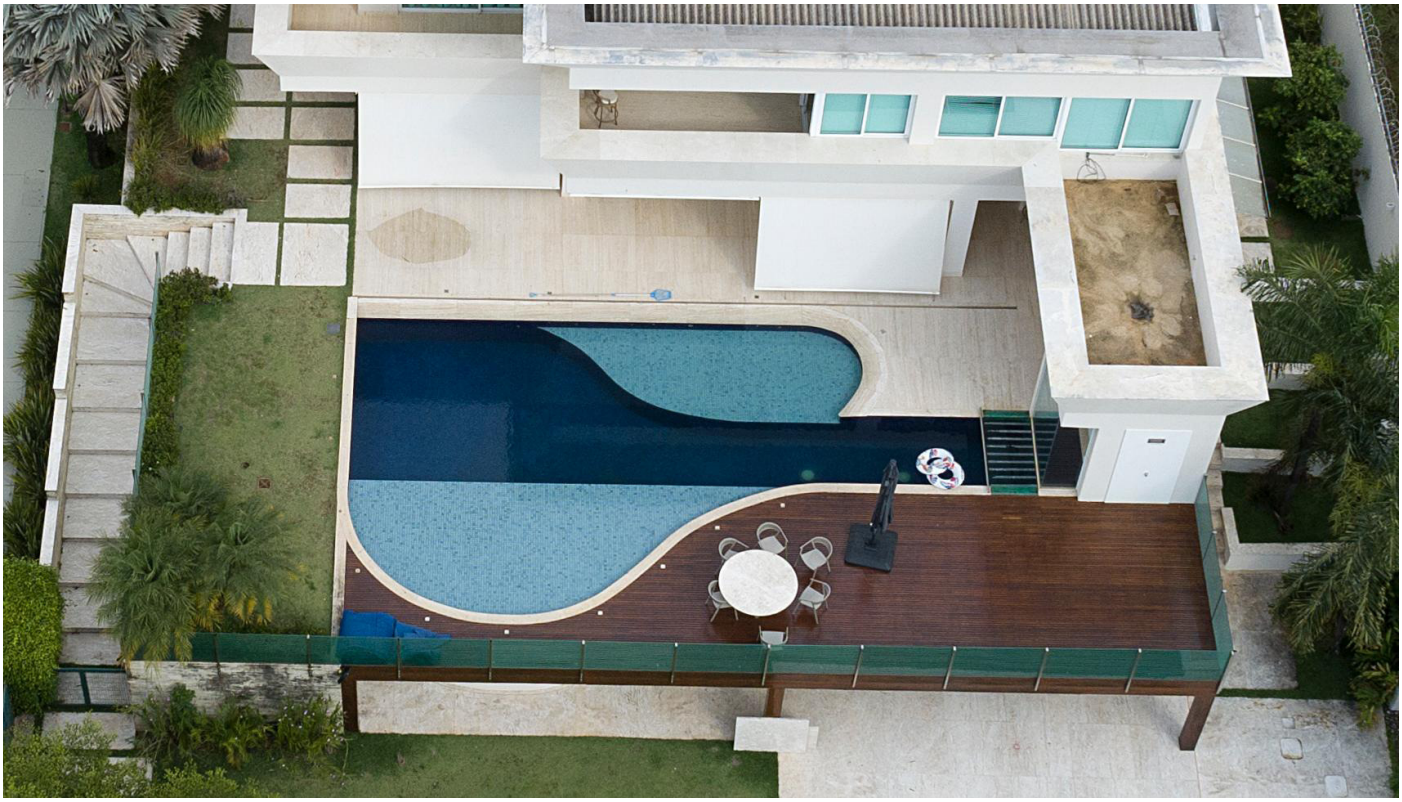


Acima; O atual candidato à Presidência ao lado da mulher, Fernanda Bolsonaro, do tabelião Allan Guerra e de Paulo Henrique Costa, que presidia o Banco de Brasília (BRB) na época da negociação da mansão. Na foto menor: O interior da mansão do senador.

Em 2002, quando se candidatou pela primeira vez a deputado estadual, Flávio Nantes Bolsonaro declarou à Justiça Eleitoral um único bem: um Volkswagen Gol 1.0 Turbo, ano 2001, avaliado em R$ 25,5 mil. Duas décadas depois, ele vive em uma casa de 2.400 metros quadrados no Setor de Mansões Dom Bosco, no Lago Sul de Brasília, comprada por R$ 5,97 milhões, e declarou ao TSE, em agosto de 2026, bens de R$ 8,2 milhões.

Entre um ponto e outro, há quatro mandatos na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, uma cadeira no Senado e uma sequência de investigações que atravessa quase todos os grandes escândalos recentes do país: a rachadinha da Alerj, a Abin paralela, as milícias da Zona Oeste carioca, a fraude bilionária do INSS e, agora, o colapso do Banco Master.

Os métodos, segundo os investigadores, mudaram de escala. Nos anos 2000 e 2010, o Ministério Público do Rio descreveu um esquema movido a dinheiro vivo: salários devolvidos por assessores, boletos pagos em espécie, imóveis quitados com notas guardadas em cofre. Nos anos 2020, o nome do senador aparece ao



Vista aérea da mansão de 2.400 metros quadrados no Setor de Mansões Dom Bosco, no Lago Sul de Brasília comprada pelo senador investigado pelo Supremo

lado de fundos no Texas, offshores no Caribe, jatinhos emprestados e de um banqueiro preso a quem ele escreveu: "Irmão, estou e estarei contigo sempre".

A campanha tenta vender outro personagem. Moldado por marqueteiros para parecer calmo, conciliador e distante dos arroubos do pai, Flávio passou 2026 tentando convencer o eleitor de centro de que é um conservador moderado. Os fatos reunidos nas próximas páginas mostram que essa distância não se mede em centímetros: entre o personagem da propaganda e o homem dos inquéritos há um abismo.

Flávio nega todas as acusações. Diz ser alvo de perseguição política, lembra que o caso da rachadinha foi encerrado nos tribunais e afirma que o dinheiro de Daniel Vorcaro para o filme sobre o pai foi "patrocínio privado", sem "um centavo" de dinheiro público. O leitor encontrará essas respostas ao longo dessa edição.

FLÁVIO EM 8 DATAS

30/04/1981	**Nasce em Resende (RJ), primeiro filho de Jair e Rogéria Bolsonaro.**
2000-2002	**Ocupa cargo de 40 horas semanais na Câmara, em Brasília, enquanto estuda Direito no Rio.**
2018	**Eleito senador. Coaf aponta movimentação atípica de Queiroz.**
2020	**Queiroz é preso em Atibaia. MP-RJ denuncia Flávio por peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.**
2021	**Flávio compra mansão de R$ 5,97 milhões com financiamento do BRB.**
Mar/2026	**Na CPAC, no Texas, oferece terras raras aos EUA. CPMI do INSS pede seu indiciamento.**
Mai/2026	**Vêm à tona os áudios com Vorcaro. Recebido por Trump na Casa Branca.**
Set/2026	**Passa a ser investigado no STF no caso Dark Horse por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.**

R$ 6,1 mi
desviados da Alerj, segundo a denúncia do MP-RJ (anulada)

R$ 134 mi
pedidos por Flávio a Vorcaro para o filme sobre o pai

43 vezes
que mentiu sobre Vorcaro, segundo o Aos Fatos

1 projeto
de lei aprovado no Congresso em sete anos de Senado



QUEM É FLÁVIO BOLSONARO?

O primogênito que estreou na vida pública num cargo fantasma, enriqueceu com imóveis pagos em espécie e hoje tenta se apresentar como o Bolsonaro moderado.





ORIGEM

O herdeiro que começou pela porta dos fundos

FLÁVIO NANTES BOLSONARO nasceu em 30 de abril de 1981, em Resende (RJ). É o filho mais velho de Jair Bolsonaro e de Rogéria Nantes Braga, casado com a dentista Fernanda Antunes Figueira Bolsonaro e pai de duas filhas. Formou-se em Direito pela Universidade Cândido Mendes e apresenta em seu currículo especializações em Ciência Política, Políticas Públicas e Empreendedorismo. Em agosto de 2026, o ICL Notícias revelou que páginas oficiais do senador lhe atribuíam uma pós-graduação na UFRJ que ele nunca cursou.

Nasceu na vida pública aos 19 anos recebendo salário do contribuinte por um trabalho que, segundo os registros, não tinha como exercer

O funcionário fantasma

A estreia na vida pública não se deu pelo voto. Entre 2000 e 2002, enquanto cursava Direito presencialmente no Rio e fazia estágio voluntário na Defensoria Pública, Flávio ocupava um cargo de 40 horas semanais na liderança do PPB na Câmara dos Deputados, em Brasília — a mil quilômetros de distância. Segundo a BBC Brasil, que revelou o caso em 2019, a função exigia presença física na capital. Em valores corrigidos, o salário equivaleria a cerca de R$ 30 mil por mês.

O cargo havia sido ocupado pela madrasta, Ana Cristina Siqueira Valle, que o deixou uma semana antes da nomeação do enteado. O posto foi omitido do currículo que Flávio apresentou à Alerj, mas apareceu em sua declaração de Imposto de Renda de 2001.

O clã e suas rivalidades

Jair Bolsonaro sempre estimulou a competição entre os filhos. Em 2000, quando o pai decidiu tirar o mandato de vereadora da ex-mulher Rogéria, Flávio se recusou a enfrentar a própria mãe; Carlos, então com 17 anos, aceitou e se elegeu. Segundo pessoas próximas da família, o episódio deixou marcas duradouras entre os irmãos. Eduardo, o Zero Três, mantém distância do mais velho e, reservadamente, o considera escorregadio demais. Em setembro de 2026, reportagem de capa do Financial Times descreveu os Bolsonaro como um clã "tão radical quanto disfuncional".

Pressionado pelo pai, Flávio disputou e venceu a eleição para deputado estadual em 2002, aos 21 anos. Ficaria na Alerj por quatro mandatos consecutivos, ocupando comissões de Segurança Pública e Direitos Humanos, defendendo a pena de morte e a redução da maioridade penal.





PATRIMÔNIO

Dezenove imóveis e muito dinheiro vivo

DE UM CARRO POPULAR em 2002, o patrimônio declarado de Flávio passou a mais de R$ 4 milhões no início de 2020. Levantamento do Ministério Público do Rio apontou que, entre 2005 e 2020, ele negociou 19 imóveis, movimentando cerca de R$ 9 milhões e obtendo lucro estimado em R$ 3 milhões. Parte relevante das transações, segundo os promotores, envolveu pagamentos em espécie sem origem comprovada.

Em 2021, veio a compra mais cara: a mansão no Lago Sul, por R$ 5,97 milhões — quase quatro vezes o patrimônio que ele havia declarado em 2018. O imóvel foi financiado pelo BRB, o banco estatal de Brasília, em R$ 3,1 milhões, com juros entre 3,65% e 3,71% ao ano mais IPCA, abaixo das taxas praticadas no mercado.

Em julho de 2024, Flávio quitou o saldo devedor de cerca de R$ 3,4 milhões — 27 anos antes do previsto. Atribuiu os recursos à venda de sua antiga franquia de chocolates e a rendimentos acumulados como advogado e senador. O BRB voltaria às manchetes em 2025, quando se revelou que o banco havia comprado R$ 12,2 bilhões em créditos podres do Banco Master, de Daniel Vorcaro.

R$ 8,2 mi

em bens declarados ao TSE em agosto de 2026. Em 2002, o único bem era um Gol avaliado em R$ 25,5 mil.

SENADO

O legislador que quase não legisla

ELEITO SENADOR em 2018 com 4,38 milhões de votos, Flávio aprovou, em mais de sete anos de mandato, um único projeto de lei nas duas Casas do Congresso: o PL 3190/2023, que trata de juros no microcrédito produtivo orientado. Outros poucos passaram pelo Senado e pararam na Câmara. Repete o padrão do pai, que em 30 anos como deputado federal aprovou dois dos 171 projetos que apresentou.

A maior parte das propostas de sua autoria tem viés punitivista — proibir liberdade provisória para presos em flagrante por crimes hediondos, endurecer penas. A prioridade anunciada do candidato, porém, vai no sentido oposto: o chamado PL da Dosimetria, que reduziria as penas dos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro. Pelas regras propostas, Jair Bolsonaro, condenado a 27 anos e três meses, cumpriria pouco mais de dois anos e quatro meses em regime fechado

O rigor penal vale para os outros. Para a família e os aliados, Flávio defende anistia ampla

Os votos também revelam oscilações calculadas. Em 24 de março de 2026, o senador votou a favor do projeto que equipara a misoginia ao racismo. Quatro dias depois, após críticas de seu irmão Eduardo, classificou o próprio voto como uma "armadilha do PT". Relatou ainda a PEC das Praias, que transfere terrenos de marinha para particulares (leia na Parte V), e votou contra o arcabouço fiscal.



ADVOCACIA

O advogado das causas indefensáveis

A CARTEIRA DA OAB passou anos guardada na gaveta — até virar justificativa. Quando a compra da mansão do Lago Sul veio à tona, em 2021, Flávio atribuiu o dinheiro à venda de um imóvel no Rio e à franquia de chocolates. Em 2022, processado na Justiça do Distrito Federal por causa do financiamento do BRB, mudou de versão: disse que a renda de advogado ajudava a pagar as parcelas. A Folha de S.Paulo foi conferir e não encontrou um único processo no Rio, em Brasília ou nos tribunais superiores com o nome do senador como advogado.

O escritório existia no papel — registrado no endereço da própria mansão. A administradora, Letícia Caetano dos Reis, disse à Agência Pública que a banca tinha contratos "consideráveis" e contou ter chegado ao posto por indicação de Willer Tomaz, o amigo dos jatinhos. Letícia é irmã de um sócio do Careca do INSS (leia na Parte V). Questionado, o senador invocou o sigilo profissional. A *IstoÉ Dinheiro* revelou ainda que ele atuava em parceria com um advogado acusado de compra de decisão judicial.

Durante anos, a advocacia do senador foi invisível nos tribunais – e muito visível nas investigações

Ana Clara, 5 anos

Quando a banca enfim apareceu nos autos, foi para defender policiais acusados de matar. Em fevereiro de 2021, Ana Clara Gomes Machado, de 5 anos, foi atingida por tiros de fuzil na porta de casa, na comunidade Monan Pequeno, em Niterói. O PM Bruno Dias Delaroli foi preso em flagrante e denunciado pelo Ministério Público, que o acusa de disparar contra a área onde a menina brincava, assumindo o risco de matar. Testemunhas relataram que os policiais só prestaram socorro diante da súplica de moradores e parentes.

Cinco anos depois, o caso segue sem julgamento. Segundo o ICL Notícias, quando o júri parecia próximo, o senador Flávio Bolsonaro passou a integrar a defesa do policial. O que salta aos olhos é a escolha: entre milhares de causas possíveis, o candidato que promete rigor penal emprestou seu nome e seu peso político à defesa de um policial acusado de matar uma menina de 5 anos.

Vidigal, o Faraó e o pai

Em maio de 2024, Flávio recebeu procuração para defender, no STJ, quatro policiais militares acusados de matar quatro moradores do Vidigal, na Zona Sul do Rio, numa emboscada em janeiro de 2020. Quem assinou a procuração foi Paulo Klein — o mesmo advogado que defendeu Fabrício Queiroz no caso da rachadinha. A carteira inclui ainda ex-sócios presos de Glaidson Acácio dos Santos, o "Faraó dos Bitcoins", acusado de comandar uma pirâmide financeira bilionária.

Em março de 2026, o nome de Flávio passou a figurar na defesa do próprio pai na ação do golpe no STF. Nos bastidores, segundo o portal Migalhas, a leitura foi de que a procuração lhe dava acesso irrestrito a Jair Bolsonaro, protegido pelo sigilo entre advogado e cliente — sem as regras de horário das visitas familiares. Em julho, Alexandre de Moraes suspendeu por 90 dias as visitas do filho ao pai.

As notas fiscais

Os papéis da advocacia também aparecem nas investigações financeiras. Em julho de 2026, o ICL Notícias informou que uma empresa para a qual Flávio emitiu R$ 1 milhão em notas fiscais não foi encontrada no endereço declarado. O Metrópoles revelou que ele emitiu R$ 1,5 milhão em notas para empresas usadas no esquema de Vorcaro, e O Globo mostrou que seu escritório foi contratado por uma empresa ligada a uma consultoria que recebeu repasses do Master. Em setembro, o ICL mostrou que empresas do senador dividem a mesma sala, em Brasília, com as do Careca do INSS. A defesa fala em honorários legítimos. A pergunta que segue sem resposta é simples: que serviço jurídico foi prestado em troca desse dinheiro?

CAMPANHA

Flavinho paz e amor

A ESTRATÉGIA da campanha parte de um diagnóstico: a rejeição de Jair Bolsonaro entre as mulheres custou a eleição de 2022. Daí a fabricação de um candidato de tom calmo, que se vacinou contra a Covid e não insulta jornalistas. A engrenagem montada para vender esse personagem, porém, carrega as mesmas marcas que ele tenta esconder. O primeiro chefe de comunicação, o publicitário Marcello Lopes, deixou a campanha em maio, depois que a Folha revelou que seu nome constava de um plano encomendado por Daniel Vorcaro para atacar o Banco Central. O substituto, Eduardo Fischer, chegou com dívidas milionárias que a Justiça mandou cobrar dos próprios pagamentos da campanha. E o QG em Brasília funciona numa mansão de R$ 14,5 milhões do coordenador José Vicente Santini, financiada pelo BRB — o banco estatal que comprou R$ 12,2 bilhões em créditos podres do Master (leia o quadro "O entorno do candidato", na Parte V).

O vice escolhido foi o deputado Alfredo Gaspar, ex-procurador-geral de Justiça de Alagoas, que declarou ao TSE patrimônio de R$ 565 mil. Em agosto, dois problemas o alcançaram: o TCU apontou o desaparecimento, na conta de uma prefeitura aliada, de R$ 62 milhões de uma emenda sua, segundo O Globo, e a coluna Painel, da Folha, revelou que ele é alvo de um pedido de investigação da PF no Supremo por suspeita de estupro de vulnerável.

O verniz racha com frequência. Em dezembro de 2025, Flávio disse que o "preço" para desistir da candidatura seria "Bolsonaro livre, nas urnas" — e depois recuou. Em maio de 2026, afirmou que os condenados pelo 8 de Janeiro subiriam a rampa do Planalto em 2027. Em agosto, prometeu buscar a anistia ao pai ainda durante o governo de transição.



A padroeira e a CNBB

A campanha também tropeçou na religião. Evangélico declarado, batizado três vezes — no Rio Jordão em 2016, em Brasília em 2024 e de novo em 2026 —, Flávio viu circular em setembro um projeto para retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil, de autoria de um ex-assessor especial de Jair Bolsonaro. Negou querer "destituir" a padroeira, mas acusou a CNBB de participar de uma campanha de fake news. Os bispos responderam: "Mentira não se combate com outra mentira"



A FÁBRICA DE DINHEIRO VIVO

Por quase duas décadas, segundo o Ministério Público, o gabinete de Flávio na Alerj funcionou como uma engrenagem de devolução de salários.



483
depósitos de assessores na conta de Queiroz, somando R$ 2 milhões

R$ 638 mil
em dinheiro vivo na compra de dois apartamentos em Copacabana

1.512
depósitos em espécie na conta da loja de chocolates

12 anos
de um cofre conjunto com Carlos no Banco do Brasil

RACHADINHA

O varejo da corrupção

EM NOVEMBRO DE 2020, o Ministério Público do Rio de Janeiro denunciou Flávio Bolsonaro por peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa, apontando-o como líder de um esquema que teria desviado R$ 6,1 milhões da Assembleia Legislativa. A mulher do senador, Fernanda, também foi denunciada. O MP pediu indenização de R$ 6 milhões em caso de condenação.

O modelo descrito pelos promotores era simples: assessores — muitos deles, segundo a investigação, fantasmas — recebiam salários integrais e devolviam a maior parte em dinheiro vivo ao operador do grupo, o ex-policial militar Fabrício Queiroz, amigo de longa data de Jair Bolsonaro. O Coaf identificou que Queiroz recebeu cerca de R$ 2 milhões em 483 depósitos de assessores ligados ao gabinete. Com esse dinheiro, segundo o MP, pagava despesas pessoais da família do deputado.

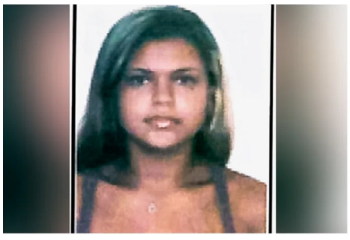
R$ 228,5 mil

em 52 boletos escolares das filhas de Flávio e 120 parcelas do plano de saúde da família pagos em dinheiro vivo entre 2015 e 2018, segundo o MP.

O mapa de Luiza Paes

A ex-assessora Luiza Souza Paes, nomeada aos 19 anos, confessou o esquema ao MP e entregou seu mapa financeiro. Recebia o salário da Alerj, sacava no caixa e depositava na conta de Queiroz. Ficava com R$ 700 ou R$ 800 por mês — menos de 10% do que ganhava. Devolvia também o 13º, as férias, o vale-alimentação e até a restituição do Imposto de Renda. Ao todo, repassou R$ 160 mil, comprovados documentalmente.

Um pen drive apreendido trazia planilhas com cada depósito e desconto. O rastreamento de antenas de celular mostrou que ela praticamente nunca pisou na Alerj: em mais de dois anos, apenas seis chamadas foram feitas num raio de 750 metros do prédio.

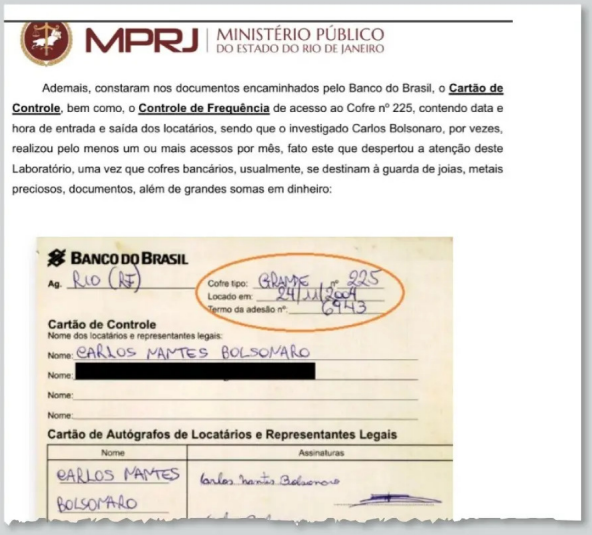




Queiroz e Luiza Paes se conheceram na Rua Felizardo Gomes, em Oswaldo Cruz (acima), no Rio, endereço de outros três acusados pelo MP

CARLUXO INVESTIGADO

Carlos Bolsonaro mantinha dinheiro vivo em cofre no Rio



MPRJ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ademais, constaram nos documentos encaminhados pelo Banco do Brasil, o **Cartão de Controle**, bem como, o **Controle de Frequência** de acesso ao Cofre nº 225, contendo data e hora de entrada e saída dos locatários, sendo que o investigado Carlos Bolsonaro, por vezes, realizou pelo menos um ou mais acessos por mês, fato este que despertou a atenção deste Laboratório, uma vez que cofres bancários, usualmente, se destinam à guarda de joias, metais preciosos, documentos, além de grandes somas em dinheiro:

BANCO DO BRASIL
Ag. Rio (RJ)
Cofre tipo: GRANDE nº 225
Locado em: 24/jul/2009
Termo de adesão nº: 6443

Cartão de Controle
Nome dos locatários e representantes legais:
Nome: CARLOS MANTES BOLSONARO
Nome: [redacted]
Nome:
Nome:

Cartão de Autógrafos de Locatários e Representantes Legais

Nome	Assinaturas
CARLOS MANTES BOLSONARO	Carlos Bolsonaro

Como o dinheiro virava imóvel

Câmeras da agência bancária da Alerj flagraram Queiroz pagando em espécie as mensalidades das filhas do deputado. O MP identificou R$ 977 mil em gastos sem origem comprovada entre 2010 e 2014. Em 2012, dois apartamentos em Copacabana foram comprados de investidores americanos por valores declarados de R$ 140 mil e R$ 170 mil. No dia da escritura, o vendedor depositou no banco os cheques do casal Bolsonaro junto com R$ 638 mil em dinheiro vivo. Em menos de 15 meses, os imóveis foram revendidos com valorização de 293% e 237%.

Reportagens da jornalista Juliana Dal Piva mostraram que Flávio e o irmão Carlos mantiveram por 12 anos um cofre conjunto em uma agência do Banco do Brasil no centro do Rio. As datas de acesso registradas no livro de visitas coincidem com as de compras de imóveis pagas em espécie — em uma delas, Flávio esteve no cofre antes de pagar os R$ 638 mil de Copacabana. O conteúdo do cofre nunca foi investigado.

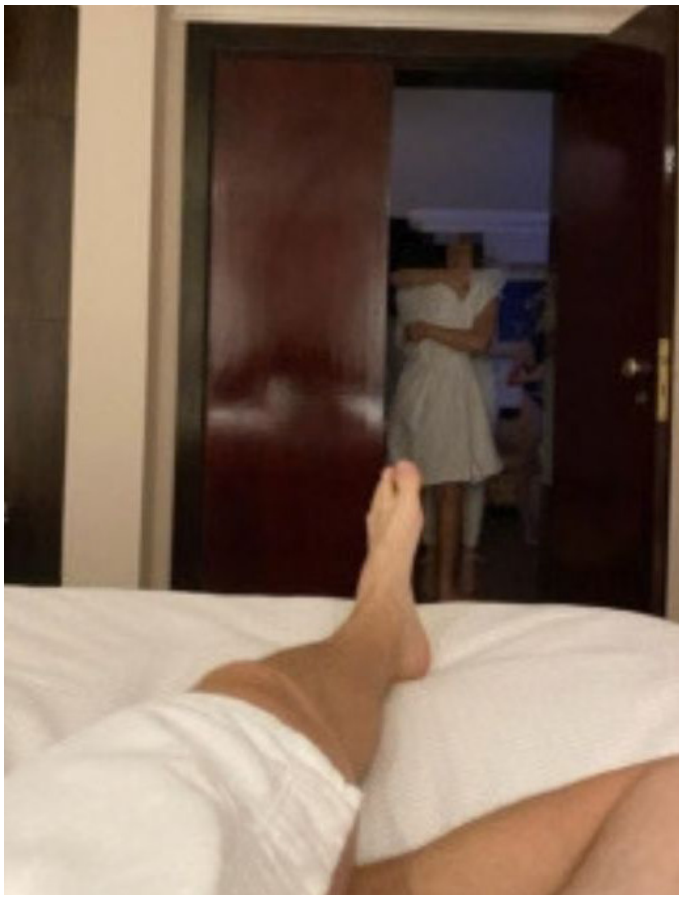
Os depósitos de R$ 2 mil

A mulher do senador, a dentista Fernanda Bolsonaro, aparece em vários pontos da denúncia. Em 15 de agosto de 2011, quando o casal precisava pagar o sinal de uma cobertura em Laranjeiras, Queiroz depositou R$ 25 mil em espécie na conta dela — e, por causa do valor, teve de se identificar no caixa. Em dezembro, outro depósito de R$ 20 mil em dinheiro caiu na conta de Fernanda meia hora depois de o chefe de gabinete, Miguel Braga, sacar a mesma quantia em uma agência a 400 metros dali.

A técnica preferida, segundo o MP, era o fracionamento. Entre 2014 e 2018, a conta de Flávio recebeu 141 depósitos em espécie, quase todos de R$ 2 mil, somando R$ 275,5 mil — valor abaixo do limite que obriga o banco a identificar o depositante. Em cerca de um mês de 2017, foram 48 depósitos desse tipo, somando R$ 96 mil, em um caixa eletrônico dentro da própria Alerj — apontados pelo Coaf como suspeitos.







R$ 1,7 mi

de dinheiro ilícito injetado no caixa da loja de chocolates que o senador detinha, 1.512 depósitos em espécie, muitos com valores repetidos

A chocolateria

A Bolsotini, franquia da Kopenhagen da qual Flávio detinha 50%, foi apontada pelos promotores como lavanderia. Entre 2015 e 2018, a loja declarou faturamento de R$ 6,5 milhões, mas o shopping onde funcionava auditou R$ 4,8 milhões em vendas. A diferença de R$ 1,7 milhão, segundo o MP, seria dinheiro ilícito injetado no caixa. Foram 1.512 depósitos em espécie, muitos com valores repetidos e em datas que coincidiam com os recolhimentos de Queiroz. No primeiro ano, o dinheiro vivo respondeu por 45% do faturamento — e não variava nem na Páscoa, quando as vendas em cartão disparam. O homem que vendeu a loja a Flávio disse ao Jornal Nacional ter sido ameaçado ao tentar denunciar o caso.

TRIBUNAIS

Como o caso morreu

A DENÚNCIA NUNCA CHEGOU a julgamento. Em fevereiro de 2021, a Quinta Turma do STJ anulou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Flávio. Em novembro do mesmo ano, anulou as decisões do juiz de primeira instância, por entender que o caso deveria tramitar no Órgão Especial do Tribunal de Justiça, em razão do foro do então deputado. O STF, por sua vez, invalidou relatórios do Coaf produzidos a pedido do MP.

Não houve absolvição no mérito. Em março de 2026, a Folha de S.Paulo resumiu o desfecho: o processo terminou com perguntas não respondidas. Queiroz, que chegou a ser preso em 2020 em um imóvel do advogado da família, Frederick Wassef, admitiu ao MP a existência da rachadinha, mas tentou isentar Flávio. Em agosto de 2026, os dois — Queiroz e Wassef — apareceram celebrando ao lado do candidato em atos de campanha.

ABIN PARALELA

O Estado a serviço do filho

EM ABRIL DE 2020, Sergio Moro deixou o Ministério da Justiça acusando Jair Bolsonaro de tentar interferir na Polícia Federal, inclusive no Rio de Janeiro. Quatro meses depois, em 25 de agosto, uma reunião fora da agenda no Palácio do Planalto reuniu o presidente, o general Augusto Heleno, o diretor da Abin, Alexandre Ramagem, e as advogadas de Flávio. A pauta,



segundo gravação posteriormente revelada, eram os auditores da Receita Federal que haviam produzido o relatório sobre as movimentações de Queiroz.

Em julho de 2024, a Polícia Federal concluiu que a Abin espionou esses auditores. A investigação sobre a chamada Abin paralela identificou o uso do sistema First Mile, que rastreia a localização de celulares, e apontou que dados de autoridades brasileiras ficavam armazenados em servidores em Israel. Segundo a PF, foram cerca de 33 mil consultas de monitoramento, e aproximadamente 31,2 mil registros foram apagados.



A reunião ministerial de abril de 2020 que acabou exposta ao país inteiro após acusações de tentativa de controle da PF



O aparato de inteligência do Estado foi mobilizado contra servidores que investigavam o filho do presidente.”

Entre os alvos da estrutura estavam ministros do STF, como Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, os senadores que comandaram a CPI da Pandemia e jornalistas investigativos. Ramagem e Carlos Bolsonaro, apontado como um dos idealizadores do esquema, foram indiciados. Flávio não foi acusado, mas era o beneficiário direto do monitoramento dos auditores. Ao comentar o áudio da reunião, disse que “a montanha pariu um rato”. O TCU abriu apurações sobre o possível uso da Abin, do GSI, da Receita e do Serpro para produzir elementos em favor de sua defesa.

O RIO DAS MILÍCIAS E DO CV

Medalhas para matadores, parentes de miliciano no gabinete, aliados presos por ligação com o Comando Vermelho: a base política de Flávio no Rio carrega as marcas do crime organizado




1,75
1,70
1,65
1,60
1,55
1,50
1,45

MILÍCIAS

As medalhas do Escritório do Crime

EM 2003, no primeiro ano de mandato, Flávio propôs uma moção de louvor ao policial Adriano da Nóbrega. Em 2005, entregou a ele, pessoalmente, a Medalha Tiradentes, a mais alta honraria da Alerj. Adriano estava preso havia mais de um ano, acusado de homicídio; a cerimônia se deu no presídio. Anos depois, o ex-capitão do Bope seria apontado como chefe do Escritório do Crime, grupo de matadores de aluguel da Zona Oeste, e da milícia de Rio das Pedras. Morreu em 2020, na Bahia, em confronto com a polícia.

Adriano não foi exceção. Levantamento sobre as 771 homenagens concedidas pela família Bolsonaro identificou dezenas de agraciados que respondiam a processos criminais — o homicídio era o crime mais frequente. Entre eles estavam alvos de grandes operações contra o crime organizado no Rio e o ex-chefe da Polícia Civil Allan Turnowski, denunciado por ligação com o jogo do bicho. Flávio diz que era impossível prever que os homenageados desonrariam a farda.

A relação foi além das medalhas. Flávio empregou em seu gabinete a mãe, Raimunda Veras Magalhães, e a ex-mulher de Adriano, Danielle Mendonça. Segundo o MP, ambas participavam da rachadinha e repassavam dinheiro a Queiroz. Restaurantes ligados à família do miliciano transferiram pelo menos R$ 69.250 para as contas do operador.



HOMENAGENS

A galeria dos homenageados

Moções de louvor e medalhas concedidas por Flávio Bolsonaro na Alerj, e o destino de quem as recebeu.



ADRIANO MAGALHÃES DA NÓBREGA

Cargo: Tenente PM / Cap. BOPE

2003

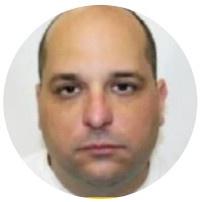
MOÇÃO DE LOUVOR

Apontado como chefe do Escritório do Crime, grupo de matadores de aluguel; morto em 2020 em operação policial na Bahia

2005

MEDALHA TIRADENTES

A mesma pessoa, já preso. Maior honraria da Alerj, entregue no presídio. A mãe e a ex-mulher seriam empregadas no gabinete de Flávio



RONALD PAULO ALVES PEREIRA

Major PM

2004

MOÇÃO DE LOUVOR

Investigado pela Chacina do Via Show (5 mortos, dez/2003); condenado em 2026 a 56 anos por co-autoria no assassinato de Marielle Franco



CLAUDIO LUIZ DE OLIVEIRA

Tenente-coronel PM

2004

MOÇÃO DE LOUVOR

Condenado a 36 anos como mandante do assassinato da juíza Patrícia Acioli



LÍCIO MACIEL

Militar da reserva

2004

MOÇÃO DE LOUVOR

Denunciado por sequestro e ocultação de cadáveres durante a ditadura militar





HÉLIO MACHADO DA CONCEIÇÃO
Policial Militar

2005

MOÇÃO DE LOUVOR

Expulso da corporação; envolvimento com máfia de caça-níqueis e milícia



EDSON ALEXANDRE PINTO DE GÓES
Major PM

2005

MOÇÃO DE LOUVOR

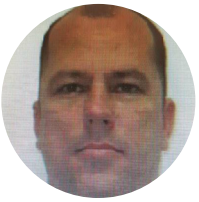
Condenado a cinco anos por lavagem de dinheiro

MAYCON MACEDO DE CARVALHO
Major PM

2005

MOÇÃO DE LOUVOR

Réu por corrupção, organização criminosa armada e fraude em licitações



EDSON RAIMUNDO DOS SANTOS
Major PM

2008

MOÇÃO DE LOUVOR

Condenado a mais de 13 anos pela morte de Amarildo de Souza (tortura, Favela da Rocinha)

Fontes: registros da Alerj e reportagens de O Globo, Revista piauí, UOL e DW Brasil. Levantamento do UOL apontou que o clã Bolsonaro condecorou ao menos 16 PMs depois denunciados por integrar organizações criminosas.

Dois nomes da lista resumem o padrão. O tenente-coronel Claudio Luiz de Oliveira, louvado por Flávio em 2004, seria condenado a 36 anos de prisão como mandante do assassinato da juíza Patrícia Acioli, executada por policiais militares em Niterói em 2011 — a mesma juíza que o senador, anos depois, acusaria de "humilhar" milicianos, segundo a Revista Fórum. O major Ronald Paulo Alves Pereira, homenageado no mesmo ano, foi condenado em 2026 pelo assassinato de Marielle Franco. Num vídeo resgatado em setembro, Flávio descreve as milícias como um "novo tipo de policiamento".

Os Brazão

Em 2015, quando o envolvimento de Domingos Brazão com milícias já era conhecido, Flávio votou pela sua nomeação para o Tribunal de Contas do Estado, cargo vitalício. Em fevereiro de 2026, Domingos e o irmão Chiquinho foram condenados como mandantes do assassinato de Marielle e do motorista Anderson Gomes. O executor confesso, Ronnie Lessa, integrava o mesmo ecossistema do Escritório do Crime e morava no condomínio de Jair Bolsonaro na Barra da Tijuca.

RIO DAS PEDRAS E MUZEMA

Documentos do MP-RJ revelados pelo Intercept Brasil apontam que parte do dinheiro da rachadinha teria sido usada para financiar a construção de prédios irregulares da milícia em Rio das Pedras e Muzema, na Zona Oeste — um negócio cujos lucros, segundo o MP, eram divididos com o gabinete.ERA EXATAMENTE ESSA EXPANSÃO IMOBILIÁRIA CLANDESTINA QUE A VEREADORA MARIELLE FRANCO COMBATIA.



Em 2022, Flávio e Chiquinho Brazão dividiram o mesmo carro de som em carreatas pela reeleição de Jair. A PF investiga agora uma emenda de R$ 199 mil enviada por Flávio em novembro de 2023 a uma ONG na Taquara, reduto dos Brazão, que meses depois receberia R$ 1,5 milhão de Chiquinho. O repasse foi intermediado por Robson Calixto, o "Peixe", ex-assessor de Domingos condenado por integrar a organização responsável pela morte de Marielle.

Hospitais na pandemia

A influência chegou à saúde. O secretário municipal de Saúde do Rio, Daniel Soranz, relatou que Flávio indicava diretores de hospitais federais na cidade. Em 2019, o então ministro Gustavo Bebianno denunciou que servidores do Hospital Federal de Bonsucesso haviam sido ameaçados e que milicianos de Seropédica, ligados à Liga da Justiça, estavam infiltrados na gestão da unidade. Diretores de dois hospitais recusaram formalmente indicados apresentados por um diretor do Ministério da Saúde próximo ao senador.



Flávio Bolsonaro, em 2022, num trio elétrico fazendo campanha com os Chiquinho Brazão.



TH Joias, Fonseca, Bacellar e Flávio Bolsonaro.

COMANDO VERMELHO

Do discurso duro aos aliados presos

ENQUANTO PEDIA em Washington que o Comando Vermelho fosse tratado como organização terrorista, Flávio via aliados no Rio de Janeiro serem presos justamente por ligação com a facção.

O primeiro foi Alessandro Pitombeira Carracena, ex-secretário estadual de Esportes do governo Cláudio Castro, apontado pelas investigações como indicação de Flávio. Preso pela PF na Operação Anomalia, ele é acusado de montar, com um delegado federal, um esquema de venda de influência para proteger negócios de um traficante do CV com atuação internacional. Outro secretário de Castro, Gutemberg Fonseca, descrito pela Veja como homem de confiança do senador, teria se encontrado com um integrante da facção; mensagens interceptadas pela PF mostram, segundo o Poder360, troca de favores entre um traficante e o aliado de Flávio.

Em setembro de 2025, o deputado estadual TH Joias foi preso sob acusação de integrar o CV com assento na Alerj. Segundo a PF, ele conseguiu retirar da Gardênia Azul uma unidade do Batalhão de Choque que atrapalhava a facção. Flávio e TH Joias dividiram agendas públicas até a prisão do parlamentar.

A PF aponta Rodrigo Bacellar, ex-presidente da Alerj e aliado de Flávio, como líder do núcleo político do Comando Vermelho.

O caso mais grave é o de Rodrigo Bacellar. Aliado de primeira hora, ele chegou a ser anunciado pela família Bolsonaro como candidato ao governo do Rio em 2026. Em fevereiro deste ano, foi indiciado pela PF sob suspeita de vazar informações sigilosas para o CV; o relatório policial o descreve como líder do núcleo político da facção. Foi preso novamente em março e, em agosto, o STF tornou Bacellar e TH Joias réus por obstruir investigações contra o Comando Vermelho.

A lista de aliados em apuros cresceu durante a campanha. Em julho de 2026, Márcio Canella, pré-candidato ao Senado apoiado por Flávio, foi preso em flagrante com um fuzil; dias depois, a PF fez buscas contra ele em investigação sobre lavagem de dinheiro em postos de combustíveis. No mesmo mês, nomes ligados a Castro e Bacellar apareceram na lista de pagamentos de um bicheiro preso no Rio.





MASTER E DARK HORSE

A maior fraude bancária da história do país, um filme de propaganda sobre Jair Bolsonaro e um senador que jurou lealdade ao banqueiro na véspera da prisão


R$ 47-60 bi
rombo estimado do Banco Master, a maior fraude bancária do país
R$ 134 mi
negociados por Flávio com Vorcaro para o filme sobre o pai
6 encontros
com o senador mencionados no celular do banqueiro
R$ 1,8 bi
perdidos por fundos de previdência de servidores

O BANQUEIRO

Daniel Vorcaro, o “irmão”

ANTES DE VIRAR BANQUEIRO, o mineiro Daniel Vorcaro apresentava um programa de música gospel na emissora da Igreja Batista da Lagoinha, em Belo Horizonte. Em 2019, assumiu o controle do Banco Máxima e o rebatizou como Master. A operação havia sido vetada pelo Banco Central em fevereiro daquele ano, ainda na gestão anterior; em outubro, já sob Roberto Campos Neto, indicado por Jair Bolsonaro, foi aprovada. Em cinco anos, o patrimônio do banco saltou de R$ 219 milhões para R$ 5 bilhões.

O crescimento, segundo as investigações, era de fachada. O Master captava dinheiro com CDBs que prometiam até 40% acima da taxa básica, sem lastro para honrá-los. Para simular liquidez, vendeu ao BRB, o banco estatal de Brasília, R$ 12,2 bilhões em créditos fictícios. O rombo é estimado entre R$ 47 bilhões e R$ 60 bilhões. A PF descobriu ainda que Vorcaro mantinha duas estruturas paralelas: “A Turma”, liderada por Luiz Phillipi Mourão, o “Sicário”, encarregada de intimidar jornalistas e ex-funcionários; e “Os Meninos”, um grupo de hackers.

Em 17 de novembro de 2025, Vorcaro foi preso no aeroporto de Guarulhos quando tentava embarcar em seu jato para Dubai. No dia seguinte, o Banco Central decretou a liquidação do Master. Solto dias depois por habeas corpus, voltou à prisão em 4 de março de 2026, por ordem do STF, com o pai, o cunhado e os integrantes da “Turma”.

O FILME

US$ 24 milhões para o azarão

DARK HORSE –“azarão”, em inglês – é uma cinebiografia de Jair Bolsonaro centrada na facada de 2018, com o americano Jim Caviezel, o Jesus de A Paixão de Cristo, no papel principal. O roteiro é do deputado Mario Frias, ex-secretário de Cultura; a direção, de Cyrus Nowrasteh. O lançamento chegou a ser anunciado para 11 de setembro de 2026, às vésperas do primeiro turno. Com o escândalo, a distribuidora brasileira empurrou a estreia para depois da eleição.

Em 13 de maio de 2026, o Intercept Brasil revelou áudios e mensagens mostrando que Flávio negociou pessoalmente com Vorcaro um aporte de US$ 24 milhões – cerca de R$ 134 milhões – para o filme. Horas antes, ao ser questionado pelo repórter, o senador havia respondido: “É mentira, de onde você tirou isso?”. Depois da publicação, gravou um vídeo confirmando que pediu o dinheiro, mas negando ter recebido qualquer vantagem.

R$ 61 mi

efetivamente enviados (US$ 10,6 milhões) entre fevereiro e maio de 2025, em seis remessas, a um fundo no Texas ligado a aliados de Eduardo Bolsonaro.



O candidato a presidencia Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao lado de Luiz Phillipi Machado de Moraes Mourão, conhecido como “Sicário”

O caminho do dinheiro

Os recursos saíram da Entre Investimentos e Participações, do empresário Antonio Carlos Freixo Júnior, o “Mineiro”. O Master havia injetado R$ 614 milhões nas empresas do Grupo Entre e pago outros R$ 23 milhões a uma empresa usada no financiamento, segundo *UOL* e *O Globo*. O destino foi o Havengate Development Fund LP, no Texas, administrado pelo advogado de imigração de Eduardo Bolsonaro, Paulo Calixto, e por seu corretor de imóveis, Altieris Santana. Eduardo assinou contrato como produtor-executivo e admite ter recebido US$ 50 mil. A PF suspeita que o dinheiro tenha custeado despesas dele nos Estados Unidos, onde vive em uma casa avaliada em R$ 6 milhões.

A produtora GoUp, de Karina Ferreira da Gama, informou que o filme custou R$ 65,7 milhões até agora — 90% bancados por Vorcaro. Os R$ 134 milhões negociados superariam, somados, os orçamentos de *Ainda Estou Aqui* (R$ 45 milhões), *Cidade de Deus* (R$ 32 milhões), *O Agente Secreto* (R$ 28 milhões) e *Central do Brasil* (R$ 22 milhões).

“Irmão, estou e estarei contigo sempre, não tem meia conversa entre a gente. Só preciso que me dê uma luz!”

Mensagem de Flávio a Vorcaro em 16 de novembro de 2025, véspera da prisão do banqueiro

Cobranças, visitas e jatinho

As mensagens mostram um senador insistente. Em setembro de 2025, logo depois que o BC vetou a venda do Master ao BRB, Flávio cobrou por áudio os repasses atrasados, alertando que dar calote em profissionais de Hollywood teria “efeito contrário”. Em 22 de outubro, organizou um jantar na casa de Vorcaro em homenagem a Caviezel e Nowrasteh. Segundo o Intercept, o banqueiro passou a tratar o pagamento do filme como “o mais importante disparado” depois das cobranças.

Após a primeira prisão, Flávio visitou Vorcaro em sua casa em São Paulo, quando o banqueiro já estava em domiciliar e de tornozeleira. O Senado reembolsou a viagem. O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, disse que Flávio foi até lá atrás “do restante do dinheiro”. Em setembro, a imprensa revelou que o celular de Vorcaro menciona seis encontros com o senador — com mensagens antigas apagadas —, que os dois falaram ao menos cinco vezes por telefone, que Flávio tentou ligar para o banqueiro nos quatro dias anteriores à prisão e que viajou dos EUA para Brasília em um jato ligado a Vorcaro. Na campanha em São Paulo, usou um imóvel que pertenceu ao cunhado do banqueiro.

O dinheiro que chegou ao senador

Outras conexões financeiras vieram à tona no segundo semestre. Segundo o Estadão, Flávio recebeu R$ 500 mil de um diretor de empresa do esquema do Master. O Metrópoles revelou que ele emitiu R$ 1,5 milhão em notas fiscais para empresas usadas no esquema de Vorcaro, e *O Globo* mostrou que seu escritório foi contratado por uma empresa ligada a uma consultoria que recebeu repasses do banco. A PF passou a apurar se projetos e emendas do senador beneficiaram o Master. O marqueteiro da campanha foi citado em um plano de Vorcaro contra o Banco Central, e uma foto de Flávio ao lado do “Sicário” abriu nova crise em julho.

Investigado no Supremo

Em setembro de 2026, o ministro André Mendonça, do STF, atendeu a pedido da PF, com aval da PGR, e incluiu Flávio como investigado no caso Dark Horse. Na mesma semana, homologou a delação de Mineiro, dono da Entre, que relatou malas de dinheiro e remessas de Vorcaro. Em outra frente, o ministro Flávio Dino autorizou 49 mandados de busca para apurar o desvio de emendas parlamentares enviadas a entidades ligadas à produtora — ao menos R$ 4,6 milhões, de deputados como Mario Frias, Bia Kicis e Carla Zambelli. A produtora também é investigada pela PF por desvio de verba pública, por ter contratado um acusado de integrar o PCC em projeto da Prefeitura de São Paulo e é alvo de processo na Ancine.



FARIA LIMA

A lavanderia e os fiscais

A QUEDA DO MASTER começou quando o Banco Central, já sob Gabriel Galípolo, identificou fraudes crônicas, liquidou o banco e a gestora Reag Investimentos e acionou a PF. Na Operação Carbono Oculto e na CPI do Crime Organizado, investigadores apontaram que Master e Reag serviram de canal para o dinheiro do braço empresarial do PCC no setor de combustíveis. Um único fundo da Reag, o FIDC Gold Style, movimentou R$ 1 bilhão em empresas de fachada da facção, segundo a CPI.

Durante o governo Bolsonaro, o BC manteve com o Master o que analistas descreveram como "paciência exagerada". Investigações apontam que ex-diretores da autarquia recebiam pagamentos disfarçados de consultoria para alertar Vorcaro sobre fiscalizações. Na CVM, a presidência coube a João Pedro Nascimento, amigo de infância de Flávio, cuja nomeação é atribuída ao senador. Críticos afirmam que a autarquia foi leniente com as emissões sem lastro do Master e da Reag.

Os negócios de Vorcaro também tocaram a família Bolsonaro por outras portas. O pastor Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro, doou R$ 3 milhões à campanha de Jair e R$ 2 milhões à de Tarcísio de Freitas em 2022 — em setembro de 2026, o Metrópoles relatou que Vorcaro descreveu essas doações como propina. O ex-secretário de Comunicação Fabio Wajngarten recebeu R$ 3,8 milhões do Master para atuar na defesa do banqueiro.

Quem paga a conta

O colapso não é abstração. Fundos de previdência de servidores perderam R$ 1,8 bilhão em Letras Financeiras do Master — só a Rioprevidência, que segundo a PF chegou a aplicar R$ 3,7 bilhões no banco durante o governo Castro, perdeu R$ 970 milhões; o Amapá, R$ 400 milhões; Cajamar (SP), R$ 107 milhões. Estados e municípios terão de cobrir os déficits com recursos que iriam para saúde, educação e segurança. Os 12 milhões de clientes do Will Bank, braço digital do grupo concentrado no Nordeste, tiveram as contas bloqueadas da noite para o dia. E, para recompor o Fundo Garantidor de Créditos, os bancos foram obrigados a antecipar contribuições — custo que acaba repassado a todos os correntistas em tarifas e juros.

CRONOLOGIA DE UMA AMIZADE

Out/2019	**Sob Roberto Campos Neto, o BC aprova a compra do Banco Máxima por Vorcaro, vetada meses antes. Nasce o Master.**
Fev-Mai/2025	**A Entre Investimentos faz seis remessas, somando US$ 10,6 milhões, ao fundo Havengate, no Texas, para o filme Dark Horse.**
Set/2025	**O BC veta a venda do Master ao BRB. Flávio cobra de Vorcaro, por áudio, os repasses atrasados. Novo repasse de US$1,6 milhão, totalizando US$ 12,3 milhões (equivalente a mais de R$ 65 milhões na cotação da época).**
22/10/2025	**Flávio organiza jantar na casa de Vorcaro em homenagem a Jim Caviezel e ao diretor do filme.**
16/11/2025	**"Irmão, estou e estarei contigo sempre", escreve Flávio.**
17/11/2025	**Vorcaro é preso em Guarulhos tentando embarcar para Dubai. No dia 18, o BC liquida o Master.**
Fim de 2025	**Solto por habeas corpus, Vorcaro recebe a visita de Flávio em casa, já de tornozeleira. O Senado reembolsa a viagem.**
04/03/2026	**Vorcaro volta à prisão por ordem do STF, com o pai, o cunhado e o "Sicário".**
13/05/2026	**O Intercept revela os áudios. Flávio nega, depois admite ter pedido o dinheiro.**
Mai/2026	**PF faz operação contra Cláudio Castro por aplicações da Rioprevidência no Master. Ciro Nogueira é alvo por mesadas de Vorcaro.**
Jul/2026	**Surgem os R$ 500 mil recebidos de diretor do esquema e as notas de R$ 1,5 milhão. Foto com o "Sicário".**
Set/2026	**O STF inclui Flávio como investigado. Delação de Mineiro é homologada. Aos Fatos chega a 43 mentiras.**

AS VERSÕES DO SENADOR

- *Antes dos áudios: disse que nunca tivera contato com Vorcaro e que recusara um encontro.*
- *13 de maio: chamou a reportagem de mentira e deu as costas ao repórter.*
- *Depois da publicação: admitiu conhecer o banqueiro e ter pedido o dinheiro, mas classificou o aporte como "patrocínio privado", com "zero de dinheiro público".*
- *Contagem: a agência Aos Fatos identificou 12 declarações falsas sobre a relação em maio. Em setembro, já eram 43.*

O rombo do Master, porém, atinge dinheiro público: fundos de previdência de servidores e o BRB, banco estatal, estão entre os prejudicados.



A mansão de Angra dos Reis que virou o centro de uma disputa na Justiça, com o jogador Richarlison

OS OUTROS ESQUEMAS

Aposentados lesados, bets, cassinos, vacinas e praias: nas margens das grandes investigações, o mesmo círculo de amigos reaparece



O advogado Willer Tomaz, o empresário Carlos Alberto de Sá e os senadores Weverton Rocha e Flávio Bolsonaro durante safári na África do Sul em março de 2025

INSS

A sala compartilhada com o Careca do INSS

A FRAUDE NOS DESCONTOS de aposentados do INSS, com rombo superior a R$ 6 bilhões entre 2019 e 2022, também passou perto do gabinete do senador. O elo é o advogado Willer Tomaz, amigo íntimo de Flávio, que empresta aeronaves ao senador e o acompanha em viagens internacionais. O Coaf detectou que Tomaz movimentou R$ 45,5 milhões em seis meses de 2021; segundo a CPMI do INSS, ele pagou R$ 120 mil a um operador do chamado "Careca do INSS", Antônio Carlos Camilo Antunes.

Foi Tomaz quem indicou Letícia Caetano dos Reis para administrar o escritório de advocacia de Flávio — registrado no endereço da mansão do Lago Sul. Letícia é irmã de Alexandre Caetano dos Reis, sócio do Careca na offshore Camilo & Antunes Limited, nas Ilhas Virgens Britânicas. Em 2026, o irmão virou alvo da PF, o contador de Flávio, ligado ao Careca, foi preso por fraudes em aposentadorias, e o ICL Notícias revelou que empresas do senador e do Careca do INSS dividem a mesma sala em Brasília. Flávio fundou ainda a All In One Corretora de Seguros, que atua no ramo de seguros de vida e saúde.

Em março, o relatório da maioria da CPMI do INSS pediu o indiciamento de Flávio. Em agosto, a PF passou a investigar Tomaz em operação sobre a fraude. Em setembro, uma foto de um safári na África do Sul reuniu o senador e advogados investigados no caso. Flávio nega qualquer relação com o esquema.

APOSTAS

Cassinos, bets e R$ 20 milhões que sumiram

EM JANEIRO DE 2020, Flávio foi a Las Vegas com o então presidente da Embratur, Gilson Machado, e se reuniu com o magnata dos cassinos Sheldon Adelson, em plena ofensiva para legalizar os jogos de azar no Brasil. O projeto não avançou. Em janeiro de 2025, às vésperas da posse de Trump, o senador passou uma noite em um cassino de Miami com Willer Tomaz; o advogado sacou US$ 236 mil em espécie no caixa. Publicamente, Flávio diz ser contra o PL dos jogos.

No Rio, as apostas viraram negócio. Sob Cláudio Castro, a Loterj entregou a uma fintech, a PIXs, a exclusividade no processamento dos pagamentos via Pix das bets fluminenses — um mercado de cerca de R$ 1,5 bilhão por ano. A empresa é administrada por Lídia Mazelli, uma empregada doméstica que aparece como gestora de 14 empresas de Willer Tomaz. Em julho de 2026, a Justiça bloqueou bens da empresa após o desaparecimento de R$ 20 milhões; em setembro, a Loterj rescindiu o contrato.



O senador Flávio Bolsonaro e seu aliado político em Angra dos Reis, o empresário e candidato Renato Araújo (PL), têm sido citados em investigações suspeitas de corrupção. Abaixo com o comparsa Willer Tomaz



PANDEMIA

O lobista da Precisa

EM 13 DE OUTUBRO DE 2020, Flávio participou de uma videoconferência entre o então presidente do BNDES, Gustavo Montezano, seu amigo, e o empresário , dono da Precisa Medicamentos, que buscava financiamento para outra empresa, a Xis Internet Fibra. A Precisa seria o centro do escândalo da vacina indiana Covaxin, cujo contrato de R$ 1,6 bilhão com o Ministério da Saúde foi cancelado após denúncias na CPI da Pandemia. Segundo a Veja, Maximiano também tentou, com o apoio do senador, emplacar um aliado na presidência da Anatel.

Flávio negou relação com Maximiano e disse que ele e Montezano tinham apenas "conhecidos em comum". A CGU multou a Precisa em R$ 3,8 milhões por fraude em 2024. Em 2026, sócios de Maximiano reapareceram na CPI do Crime Organizado, ligados a fundos do Master e da Reag.

De olho na Anatel

O vínculo com Maximiano não se limitou ao BNDES. Segundo a Veja, o empresário e o senador fizeram lobby junto a Jair Bolsonaro para emplacar um aliado na presidência da Anatel quando o mandato do titular venceu — o que daria ao grupo influência sobre a agência que regula o setor em que a Xis Internet Fibra queria crescer. A indicação não prosperou.



PEC DAS PRAIAS

A costa como negócio

RELATADA POR FLÁVIO no Senado, a PEC 3/2022 transfere a estados, municípios e particulares os terrenos de marinha, faixa de 33 metros a partir da preamar. A Secretaria do Patrimônio da União estima haver cerca de 3 milhões de imóveis nessa área; a perda projetada é de centenas de bilhões de reais em patrimônio público e cerca de R$ 1 bilhão por ano em arrecadação.

Um dos beneficiários potenciais é Willer Tomaz, que disputava na Justiça, com o jogador Richarlison, a posse de uma mansão de R$ 10 milhões em uma ilha de Angra dos Reis, em terreno de marinha. Flávio foi arrolado como testemunha. Em setembro de 2026, a Folha revelou que um projeto do senador para facilitar resorts em Angra também beneficia o amigo, hoje alvo da PF.



Esta edição foi produzida a partir de denúncias do Ministério Público do Rio de Janeiro, relatórios e inquéritos da Polícia Federal, decisões do STF, do STJ e do TSE, relatórios da CPMI do INSS e da CPI do Crime Organizado, dados do TSE e reportagens publicadas por Intercept Brasil, Folha de S.Paulo, O Globo, Estadão, G1, UOL, Metrópoles, Revista piauí, Agência Pública, BBC News Brasil, Veja, CNN Brasil, Poder360, ICL Notícias, Aos Fatos, PlatôBR, SBT News, Migalhas, Reuters e Financial Times, entre outros. Informações atualizadas até 2 de outubro de 2026.